

**SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIAS  
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E TRABALHO PARA O SUS  
GERÊNCIA DA ESCOLA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA DE GOIÁS  
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E RESIDÊNCIA  
EM ÁREA PROFISSIONAL EM SAÚDE (COREMU).  
EDITAL Nº 01/2014 COREMU/SEST-SUS/SES-GO**

**PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL, UNIPROFISSIONAL EM SAÚDE E RESIDÊNCIA EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (COREMU/SES-GO) – 2015.**

**ANEXO III – PROGRAMAS DAS PROVAS**

**I – CONHECIMENTOS COMUNS A TODOS OS PROGRAMAS/CURSOS – SAÚDE PÚBLICA**

1. Políticas de Saúde no Brasil.
2. Sistema Único de Saúde – SUS (conceitos, princípios, diretrizes, arcabouço legal).
  - 2.1. Constituição Federal – Capítulos 196 a 200.
  - 2.2. Lei n. 8080 de 19 de Setembro de 1990.
  - 2.3. Lei n. 8142 de 28 de dezembro de 1990.
  - 2.4. Pacto pela Saúde: Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS, Pacto de Gestão/Portaria 399/GM de 22 de fevereiro de 2006.
  - 2.5. Decreto n. 7508 de 28 de junho de 2011.
3. Atenção Primária à Saúde (Estratégia Saúde da Família) - Portaria MS/GM Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011.
4. Promoção da Saúde.
5. Vigilância em Saúde: Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e do Trabalhador.

**Sugestões Bibliográficas**

Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em > Saúde, Departamento de > Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. > Disponível em:  
>[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve\\_7ed\\_web\\_atual.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf) .

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.488/2011. Brasília, DF, 2011 (Aprova a Política Nacional de Atenção Básica). Disponível em:  
[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488\\_21\\_10\\_2011.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html).

\_\_\_\_\_. Decreto n. 7508/2011 de 28 de junho de 2011/ BRASIL. Ministério da Saúde Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1028206/decreto-7508-11>

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde/Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília : CONASS, 2011. Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011). Volume 1 (Sistema Único de Saúde); Volume 3 (Atenção Primária e Promoção da Saúde); Volume 5 e 6 (Vigilância em Saúde) e Volume 13 (Legislação Estruturante do SUS). Disponível em: [http://www.conass.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51&Itemid=21](http://www.conass.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51&Itemid=21)

Política Nacional de Promoção da Saúde/ Portaria n. 687 MS/GM, de 30 de março de 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>

Secretaria de Atenção à Saúde. Série B. Textos Básicos de Saúde. Série Pactos pela Saúde, Brasília: Ministério da Saúde, 2010 (Coletânea).  
Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1021](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1021)

Volume 1- Diretrizes Operacionais dos Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão/Portaria 399. Disponível em:  
<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm>

Volume 7 – Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em:  
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Guia de Vigilância epidemiológica / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:  
[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve\\_7ed\\_web\\_atual.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf).

## **II – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ÁREA PROFISSIONAL DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREAS DA SAÚDE**

### **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ASSISTENTE SOCIAL**

1. O projeto ético-político do Serviço Social e as bases históricas de sua constituição.
2. Fundamentos teóricos e metodológicos do Serviço Social.
3. Serviço Social, trabalho e questão social.
4. Política Social e serviço social.
5. Serviço social e saúde.
6. Democracia e Controle Social no SUS.
7. Movimento de Reforma Sanitária e a construção do SUS.
8. Reforma sanitária e o projeto ético-político do serviço social.
9. Atuação do Assistente Social na saúde

### **Sugestões Bibliográficas**

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social. Fundamentos e história. 4 ed. São Paulo: Cortez. (Biblioteca básica do Serviço Social) 2008.

BARROCO, Maria Lúcia. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.166-184.

BRAVO, Maria Inês de Souza. Gestão democrática na saúde: O potencial dos Conselhos. In: BRAVO M. I. S, PEREIRA Potyara A. Política Social e democracia. 3 ed. São Paulo: Cortez, p. 43 – 65, 2007.

\_\_\_\_\_. Reforma Sanitária e projeto ético político do serviço social: elementos para o debate. 2 ed. São Paulo: Cortez, Rio de Janeiro: UERJ. p. 25-47, 2006.

BRAVO, Maria Inês. MOTA, Ana Elizabete. [et al], (orgs.). Serviço Social e Saúde. Formação e trabalho profissional. 2.ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

BRAVO, Maria Inês. MENEZES, Juliana Souza Bravo de. Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e conselhos. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BRAVO, Maria Inês Souza. PEREIRA, Débora de Sales. (orgs.) (et.al.) Política de Saúde na atual conjuntura. Modelos de gestão e agenda para a saúde. In: 2. ed. Rio de Janeiro: Rede Sirius/Adufrej-SSind, 2008.

Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na saúde. Nov. 2009.

COSTA, M. D. H. "O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais". In: Serviço Social & Sociedade nº62. São Paulo: Cortez, 2000.

GUERRA, Yolanda. O projeto profissional crítico: estratégia de enfrentamento e condições contemporâneas da prática profissional. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 91. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. O serviço social na cena contemporânea. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O trabalho do assistente social em contextos hospitalares: desafios cotidianos. In: Revista Serviço Social & Sociedade. n. 107. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p.497-508. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e serviço social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 50. São Paulo, Cortez, 1996.

NETTO, J. P. Ditadura e serviço social – Uma análise do Serviço Social no Brasil – pós-1964. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SODRÉ, Francis. Serviço Social e o campo da saúde: para além de plantões e encaminhamentos. In: Revista Serviço Social & Sociedade. n. 103. jul/set. São Paulo: Cortez Editora, 2010. p. 453-475. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br)

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. "O projeto ético-político do Serviço Social". In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VASCONCELOS, A. M. de A prática do serviço social: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, M. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: SERVIÇO SOCIAL: Direitos e Competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – BIOMÉDICO

1. Ética profissional no exercício da Biomedicina; Legislação: RDC 306/04; RDC 302/05; NR 32/05; RDC 57/10; Lei 12.305/10; Portaria MS n. 1.353/11; Resolução CONAMA 358/05.
2. Aspectos clínicos laboratoriais em Hematologia.
3. Aspectos clínicos laboratoriais em Microbiologia.
4. Aspectos clínicos laboratoriais em Imunologia.
5. Aspectos clínicos laboratoriais em Parasitologia.
6. Aspectos clínicos laboratoriais em Bioquímica e Hormônios.
7. Aspectos clínicos laboratoriais em Líquidos Corporais.
8. Biossegurança.
9. Controle de Qualidade no Laboratório Clínico.

### Sugestões Bibliográficas

BRASIL. Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei 12.305/10. <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/.../l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/.../l12305.htm)> .

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução - RDC n. 306/ 2004. Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. <[http://www.hc.ufg.br/uploads/138/original\\_RDC\\_306\\_ANVISA.pdf](http://www.hc.ufg.br/uploads/138/original_RDC_306_ANVISA.pdf)>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução. RDC n. 302/ 2005. Regulamento Técnico para funcionamento de laboratórios clínicos. <<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/851107004999939f90f5b66dcbd9c63c/RESOLU%C3%87%C3%83O+ANVISA+RDC+N%C2%BA+302-05+LABORAT%C3%93RIO+CL%C3%8DNICO.pdf?MOD=AJPERES>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução. RDC n. 57/2010. Regulamento Sanitário para Serviços que desenvolvem atividades relacionadas ao ciclo produtivo do sangue humano e componentes e procedimentos transfusionais. <[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/fd337280474597529fcbdf3fbc4c6735/RDC\\_n%C2%BA\\_57.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/fd337280474597529fcbdf3fbc4c6735/RDC_n%C2%BA_57.pdf?MOD=AJPERES)>.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. RESOLUÇÃO n.358/2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res05/res35805.pdf>>.

BRASIL. Ministério do Trabalho. NR 32. Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde. <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135161931EE29A3/NR-32%20%28atualizada%202011%29.pdf>>.

BRASIL. Portaria MS n. 1.353, de 13.06.2011. Regulamento Técnico de Procedimentos Hemoterápicos. <[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/0a8db8804798da559fe7bf11eefca640/Portaria\\_n\\_1353\\_2011.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/0a8db8804798da559fe7bf11eefca640/Portaria_n_1353_2011.pdf?MOD=AJPERES)>.

BURTIS, C.A.; ASHWOOD, E.R.T. Fundamentos de Química Clínica. Rio de Janeiro:

Elservier, 2008.

CÓDIGO DE ÉTICA DO BIOMÉDICO. Resolução do C.F.B.M. Nº 198 de 21/02/2011.

CONSENSO BRASILEIRO SOBRE DIABETES.

COUTO, Renato Camargo. Infecção Hospitalar: epidemiologia e controle. São Paulo: MEDSI, 3.ed, 2003.

FAILACE, Renato. Hemograma: manual de interpretação. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2009.

FERNANDES, Antonio Tadeu. Infecção Hospitalar e suas interfaces na área da saúde. v1 e v2. São Paulo: Atheneu, 2000.

GIRELLO, A.L. Fundamentos da imuno-hematologia eritrocitária. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

V DIRETRIZ BRASILEIRA DE DISLIPIDEMIAS E PREVENÇÃO DA ATEROSCLEROSE 2013.

KONEMAN, E.W. Diagnóstico Microbiológico: texto e atlas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 6. ed. 2008.

LIMA, A. Oliveira et. al. Métodos de laboratório aplicado à clínica: técnica e interpretação. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

LORENZI, T.F. Manual de Hematologia: propedêutica e clínica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4 ed. 2006.

MARTINS, H. S.; BRANDÃO NETO, R. A.; SCALABRINI NETO, A.; VELASCO, I. T. Emergências clínicas: abordagem prática. 5.ed. Manole, 2010.

MASTROENI, Marco Fábio. Biossegurança Aplicada a Laboratórios e Serviços de Saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.

MOTTA, V. T. Bioquímica clínica para o laboratório. 5.ed. Medbook, 2009.

NEVES, D.P. Parasitologia Humana. 11. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.

RAVEL, Richard. Laboratório clínico: aplicações clínicas dos dados laboratoriais. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. SIDRIM, JJC; MOREIRA JLB. Fundamentos Clínicos e Laboratoriais da Micologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

STRASINGER, S.K. Uroanálise e fluidos biológicos. São Paulo: Livraria médica paulista, 5. ed. 2009.

TEIXEIRA, P.; VALLE, S. Biossegurança: uma abordagem multidisciplinar. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

TRABULSI, L. R. Microbiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.

VAZ, Adelaide J.; Col. Ciências Farmacêuticas. Imunoensaios: Fundamentos e Aplicações. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

VERRASTRO, T.; LORENZI, F. T.; WENDEL NETO, S. Hematologia e hemoderivados: fundamentos de morfologia, fisiologia, patologia e clínica. São Paulo: Atheneu, 2005.

XAVIER, M. R.; SOUZA, C. F. M.; BARROS, E.; ALBUQUERQUE, G. C. Laboratório na prática clínica: consulta rápida. 2.ed. Artmed, 2010.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ENFERMEIRO**

1. Ética e legislação em enfermagem: princípios básicos da ética e bioética; implicações éticas e jurídicas no exercício profissional de enfermagem; regulamentação do exercício profissional.
2. Sistematização da Assistência de Enfermagem.
3. Fundamentos de enfermagem.
4. Farmacologia aplicada à enfermagem.
5. Prevenção e controle de infecção hospitalar e normas de biossegurança.
6. Assistência de enfermagem ao adulto e idoso com afecções clínicas e cirúrgicas do aparelho cardiovascular, respiratório, digestório, renal, neurológico, endócrino, cutâneo e musculoesquelético.
7. Ressuscitação cardiopulmonar - suporte básico e avançado de vida.
8. Administração em enfermagem: princípios gerais da administração; funções administrativas, planejamento, organização, direção e controle; gestão de qualidade.
9. Assistência de enfermagem ao recém-nascido, à criança, ao adolescente e à mulher, incluindo o ciclo gravídico puerperal.

### **Sugestões Bibliográficas**

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (APCIH). Higiene, Desinfecção Ambiental e Resíduos Sólidos em Serviços de Saúde. 2ª ed, revisada e ampliada. São Paulo, 2013.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (APCIH). Precauções e Isolamento - 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo, 2012.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR (APCIH). Limpeza Desinfecção e Esterilização de Artigos em Serviços de Saúde. São Paulo, 2010.

BARROS, A.L.B.L. et al. Anamnese e exame físico: avaliação diagnóstica de enfermagem no adulto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2010. 440 p.

BICKLEY, L.S. Bates propedêutica médica. 10ª edição. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. Disponível em:[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nac\\_atencao\\_mulher.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher – Gestação de alto risco – manual técnico – 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde – 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde.  rea Técnica de Saúde da Mulher – Parto, aborto e puerpério: Assistência Humanizada   mulher. Brasília: Ministério da Saúde –2001.

BRASIL, Ministério da Saúde. Linha do cuidado do infarto agudo do miocárdio na rede de atenção às urgências. Disponível em:  
<[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/linha\\_cuidado\\_iam\\_rede\\_atencao\\_urgencia.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/linha_cuidado_iam_rede_atencao_urgencia.pdf)>.

BRASIL, Ministério da Saúde. Calendário de Vacinação. Brasília. Disponível em:  
<[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id\\_area=1448](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/area.cfm?id_area=1448)>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 2616 de 12 de maio de 1998. Regulamenta as ações de controle de infecção no brasil. Disponível em <[www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da crianç a: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. 2002; Brasília. Disponível em:  
<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento\\_desenvolvimento.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/crescimento_desenvolvimento.pdf)>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção   Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção   saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 4 v. (Série A. Normas e Manuais Técnicas). Disponível em  
<[http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=37764](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=37764)>.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Norma Regulamentadora 32 – NR 32 - Seguranç  E Saúde No Trabalho Em Serviç os De Saúde. Brasília, 2005. Disponível:  
[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135161931EE29A3/NR-32%20\(atualizada%202011\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135161931EE29A3/NR-32%20(atualizada%202011).pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medidas de Prevenção de Infecção Relacionada   Assistência   Saúde.Série:Seguranç  do Paciente e Qualidade em Serviç os de Saúde. V 4, 2013. Disponível:  
<http://www20.anvisa.gov.br/segurancadopaciente/images/documentos/livros/Livro4-MedidasPrevencaoIRASaude.pdf>

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Vigilância e Monitoramento das Infecções Relacionadas   Assistência   Saúde (IRAS) e Resistência Microbiana (RM) em serviç os de saúde. NOTA TÉCNICA N  01/2014. Brasília, 2014. Disponível:  
[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/3885258043128c5986bdae4e9319b768/NOTA+TECNICA+IRAS+E+RM+-FEV+2014+II+\(2\).pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/3885258043128c5986bdae4e9319b768/NOTA+TECNICA+IRAS+E+RM+-FEV+2014+II+(2).pdf?MOD=AJPERES)

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada - RDC ANVISA n . 63 de 25 de novembro de 2011. Dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviç os

deSaúde.Brasília, 2011. Disponível:

[http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/3fcb208049af5f1e96aeb66dcdbd9c63c/RDC+36+de+25\\_11\\_2011+Vers%C3%A3o+Publicada.pdf?MOD=AJPERES](http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/3fcb208049af5f1e96aeb66dcdbd9c63c/RDC+36+de+25_11_2011+Vers%C3%A3o+Publicada.pdf?MOD=AJPERES)

BRASIL, Ministério da Saúde.. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 306, 7 de Dezembro de 2004 Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília, 2004. Disponível:

<http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/10d6dd00474597439fb6df3fbc4c6735/RDC+N%C2%BA+306,+DE+7+DE+DEZEMBRO+DE+2004.pdf?MOD=AJPERES>

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAUDE. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 36, 03 de Junho de 2008. Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal. Brasília, 2004. Disponível:

<http://www.anvisa.gov.br/hotsite/segurancadopaciente/documentos/rdcs/RDC%20N%C2%BA%2036-2008.pdf>

BRASIL, Ministério da Saúde.. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N° 7, 24 de Fevereiro de 2010. Requisitos mínimos para funcionamento de Unidades de Terapia Intensiva e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível:

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007\\_24\\_02\\_2010.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2010/res0007_24_02_2010.html)

BRASIL, Ministério da Saúde Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Higienização das mãos em serviços de saúde. Brasília, 2007. Disponível:

[http://www.anvisa.gov.br/hotsite/higienizacao\\_maos/manual\\_integra.pdf](http://www.anvisa.gov.br/hotsite/higienizacao_maos/manual_integra.pdf)

BRASIL, Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Segurança do Paciente - Higienização das mãos em serviços de saúde. Brasília, 2008. Disponível:

[http://www.anvisa.gov.br/servicosade/manuais/paciente\\_hig\\_maos.pdf](http://www.anvisa.gov.br/servicosade/manuais/paciente_hig_maos.pdf)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). Hospital das Clínicas (HC). Manual do Acadêmico. Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) - HC/UFG. Goiânia, 2013. Disponível:

[http://www.hc.ufg.br/up/138/o/Manual\\_do\\_Academico\\_CCIH\\_2013.PDF](http://www.hc.ufg.br/up/138/o/Manual_do_Academico_CCIH_2013.PDF)

CALIL, A.M. PARANHOS, W.Y. O enfermeiro e as situações de emergência. 2ª edição. Atheneu, São Paulo, 2010.



CLAYTON, B.D.; STOCK, Y.N. Farmacologia na prática de enfermagem. Elsevier: Rio de Janeiro, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Decreto nº 94.406/87. Regulamenta a Lei nº 7.498 de 25 de Junho de 1986 que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.portalcofen.gov.br/sitenovo/node/4173>>.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 311 de 08 de fevereiro de 2007. Aprova a reformulação do código de ética dos profissionais de enfermagem. Disponível em: [http://novo.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao\\_311\\_anexo.pdf](http://novo.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/resolucao_311_anexo.pdf)>.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN nº 358 de 15 de outubro de 2009. Dispõe sobre a sistematização da assistência de enfermagem e a implementação do processo de enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. Disponível em <[http://novo.portalcofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009\\_4384.html](http://novo.portalcofen.gov.br/resoluco-cofen-3582009_4384.html)>.

DEALEY, C. Cuidando de feridas: um guia prático para as enfermeiras. 3ª edição. Atheneu: São Paulo, 2008.

ELIZABETH, NA; FRANCO, MTG. Modelos de Gestão em Enfermagem: Qualidade assistencial e Segurança do paciente. Série: Gestão de Enfermagem e qualidade assistencial para a segurança do paciente. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2011.

GUIMARÃES, H. P. *et al.* (ed.) Destaques das diretrizes da American Heart Association 2010 para RCP e ACE. Dallas: American Heart Association, 2010. Disponível em: <[http://www.heart.org/idc/groups/heartpublic/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm\\_317343.pdf](http://www.heart.org/idc/groups/heartpublic/@wcm/@ecc/documents/downloadable/ucm_317343.pdf)>.

HOCKENBERRY, M.J. WILSON D. Wong - fundamentos de enfermagem pediátrica. 7ª ed, Elsevier: Rio de Janeiro, 2006.

JOHNSON M. *et al.* Ligações entre NANDA, NOC E NIC: diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem. 2 ed. Artmed: Porto Alegre, 2009.

MORAIS, M.B. *et al.* Guia de pediatria - guias de medicina ambulatorial e hospitalar. UNIFESP. Manole: São Paulo, 2005.

MORTON, P. G.; FONTAINE, D. K.; HUDAK, C. M.; GALLO, B. M. Cuidados críticos de enfermagem: uma abordagem holística. Trad. Ivone E. Cabral, José E.F. Figueiredo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

NORTH AMERICAN NURSING DIAGNOSES ASSOCIATION. Diagnóstico de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2012-2014. Artmed: Porto Alegre, 2013. 606p.

SMELTZER, S.C., BARE, B.G.. Brunner - tratado de enfermagem médico-cirúrgica, 12ª edição. 2 vol, Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2011.

TAMEZ R.N. Enfermagem na UTI neonatal: assistência ao recém-nascido de alto risco. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2002.

TANNURE, M.C.; PINHEIRO, A.M. SAE - Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2ª edição. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2010.

VIANA, R.A.P.P. Enfermagem em terapia intensiva: práticas baseadas em evidências. Atheneu: São Paulo, 2011.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – FARMACÊUTICO**

1. Assistência Farmacêutica.
2. Epidemiologia clínica e pesquisa clínica.
3. Farmacologia geral e dos sistemas orgânicos
4. Farmacoeconomia, Farmacovigilância, Farmacoeconomia.
5. Farmácia clínica e atenção farmacêutica.
6. Farmácia hospitalar, Farmacotécnica hospitalar.
7. Gerenciamento de resíduos em serviços de saúde.
8. Legislação sanitária e da profissão farmacêutica.
9. Segurança do Paciente e Gerenciamento de riscos em Serviços de Saúde.
10. Avaliação de Tecnologias em Saúde.
11. Serviço de informações sobre medicamentos.
12. Biossegurança.

### **Sugestões Bibliográficas**

ANSEL, H. C.; PRINCE, S. J. **Manual de cálculos farmacêuticos**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BACHAMANN, K. A.; LEWIS, J. D.; BONFIGLIO, M. F. **Interações medicamentosas**. 2ªed. Barueri: Manole, 2006.

BISSON, M. B. **Farmácia clínica & Atenção farmacêutica**. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2007.

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria n. 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP).

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução - RDC n. 24, de 12 de abril de 2012. Dispões sobre a atualização do Anexo III, Indicações previstas para tratamento com a Talidomida, da RDC nº 11/2011.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 36, de 25 de julho de 2013 Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 53, de 14 de novembro de 2013. Altera a Resolução – RDC n. 36, de 5 de julho de 2013 que institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 45, de 12 de março de 2003. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Utilização das Soluções Parenterais (SP) em Serviços de Saúde.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 42, de 25 de outubro de 2010. Dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de preparação alcoólica para fricção antisséptica das mãos, pelos serviços de saúde do País, e dá outras providências.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 67, de 8 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 306, de 7 de dezembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico para o Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução – RDC n. 220, de 21 de setembro de 2004. Aprova o Regulamento Técnico de funcionamento dos Serviços de Terapia Antineoplásica.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 11, de 22 de março de 2011. Dispõe sobre o controle da substância talidomida e do medicamento que a contenha.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS**. Brasília: CONASS, 2011. 186 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 7)

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Ciência e Tecnologia em Saúde**. Brasília: CONASS, 2011. 143 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 11)

BRASIL. Decreto n. 7.646, de 21 de dezembro de 2011. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 10.651, de 16 de abril de 2003. Dispõe sobre o controle do uso da talidomida.

BRASIL. Lei n. 12.401, de 28 de abril de 2011. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 182 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

BRASIL. Ministério da Saúde. Coordenação de Controle de Infecção Hospitalar. **Guia Básico para a Farmácia Hospitalar**. Brasília, 1994. 174p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 40 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Segurança do Paciente. Anexo 03: Protocolo de segurança na prescrição, uso e administração de medicamentos. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Segurança do Paciente Anexo 02: Protocolo de identificação do paciente. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução n. 338, de 06 de maio de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Formulário terapêutico nacional 2010**. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais: Rename 2013**. 8ª ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. 200 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de medicamentos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. 40 p. :il – (Série C. Projetos, Programas e Relatórios, n.25)

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS SAS nº 298/2013. Atualiza os protocolos de uso da Talidomida no tratamento da Doença Enxerto Contra Hospedeiro e do Mieloma Múltiplo.

BRASIL. Portaria nº 344/1998 e suas atualizações.

CASTRO, M. M. S.; HERNÁNDEZ, M. Á. C.; VALLS, L. T.; DÁDER, M. J. F. **Seguimiento Farmacoterapéutico en Pacientes Hospitalarios**. Método Dáder. Granada: Gráficas Zaidín, 2008.

CIPOLLE, R. J.; STRAND, L. M.; MORLEY, P. C. **O exercício do cuidado farmacêutico**. Trad. Denise Borges Bittar. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 288, de 21 de março de 1996. Dispõe sobre a competência legal para o exercício da manipulação de drogas antineoplásicas pelo farmacêutico.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 349 de 20 de janeiro de 2000. Estabelece a competência do farmacêutico em proceder a intercambialidade ou substituição genérica de medicamentos.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 354 de 20 de setembro de 2000. Dispõe sobre Assistência Farmacêutica em atendimento pré-hospitalar às urgências/emergências.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 415 de 29 de junho de 2004. Dispõe sobre as atribuições do farmacêutico no Gerenciamento dos Resíduos dos

Serviços de Saúde.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 449 de 24 de outubro de 2006. Dispõe sobre as atribuições do Farmacêutico na Comissão de Farmácia e Terapêutica.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 449 de 24 de outubro de 2006. Dispõe sobre as atribuições do Farmacêutico na Comissão de Farmácia e Terapêutica.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 492 de 26 de novembro de 2008. Regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 499 de 17 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a prestação de serviços farmacêuticos, em farmácias e drogarias, e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 555 de 30 de novembro de 2011. Regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 555 de 30 de novembro de 2011. Regulamenta o registro, a guarda e o manuseio de informações resultantes da prática da assistência farmacêutica nos serviços de saúde.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 565, de 6 de dezembro de 2012. Dá nova redação aos artigos 1º, 2º e 3º da Resolução/CFF nº 288 de 21 de março de 1996.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 568, de 6 de dezembro de 2012. Dá nova redação aos artigos 1º ao 6º da Resolução/CFF nº 492 de 26 de novembro de 2008, que regulamenta o exercício profissional nos serviços de atendimento pré-hospitalar, na farmácia hospitalar e em outros serviços de saúde, de natureza pública ou privada.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 577 de 25 de julho de 2013. Dispõe sobre a direção técnica ou responsabilidade técnica de empresas ou estabelecimentos que dispensam, comercializam, fornecem e distribuem produtos farmacêuticos, cosméticos e produtos para a saúde.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 578 de 26 de julho de 2013. Regulamenta as atribuições técnico-gerenciais do farmacêutico na gestão da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 585 de 29 de agosto de 2013. Regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Resolução n. 596 de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o código de ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares.

COUTO, C. B.; LEITE, S. N. **O Farmacêutico na atenção à Saúde**. 2ªEd. Itajaí: Editora

Univali, 2008.

DADER, M. J. F.; MUÑOZ, P. A.; MARTÍNEZ-MARTÍNEZ, F. **Atenção Farmacêutica – Conceitos, processos e casos práticos**. Trad. Denise Funchal. São Paulo: RCN Editora, 2008.

FERRACINI, F. T.; FILHO, W. M. B.; ALMEIDA, S. M. **Atenção à prescrição médica**. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

FOLLAND, S.; GOODNMAN, A. C.; STANO, M. **A economia da saúde**. 5ªed. Porto Alegre: Bookman, 2008.

LEE, A. **Reações adversas a medicamentos**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MASTROIANNI, P. C.; VARALLO, F. R.; CARRADORE, M. D. **Dispensação de medicamentos essenciais de uso ambulatorial: orientações para o uso correto**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

MASTROIANNI, P.; VARALLO, F. R. **Farmacovigilância para a promoção do uso correto dos medicamentos**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

NITA, M. E.; SECOLI, S. R.; NOBRE, M. R. C.; ONO-NITA, S. K.; CAMPINO, A.C.; SANTI, F. M.; COSTA, A. M. N.; CARRILHO, F. J. **Avaliação de tecnologias em saúde: evidência clínica, análise econômica e análise de decisão**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 600 p.

ROVER, J. P.; CURRIE, J. D. **Guia Prático da Atenção Farmacêutica. Manual de Habilidades Clínicas**. São Paulo: Pharmabooks, 2010.

SANTOS, L.; TORRIANI, M. S.; BARROS, E. **Medicamentos na prática da farmácia clínica**. São Paulo: Artmed, 2013.

STORPIRTIS, S. **Farmácia clínica e atenção farmacêutica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

VIANA, D. L. **Manual de cálculo e administração de medicamentos**. 4ª ed. São Caetano do Sul, SP: Editora Yendis, 2011.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – FISIOTERAPEUTA**

1. Anatomia humana, fisiologia e fisiopatologia.
2. Aspectos éticos em pacientes graves.
3. Avaliação e assistência ao paciente crítico e emergencial neonatal, pediátrico e adulto.
4. Recursos da Fisioterapia e oxigenoterapia.
5. Ventilação Mecânica Invasiva.
6. Ventilação Mecânica não Invasiva.
7. Avaliação fisioterapêutica e intervenção em condições pneumológicas, cardiológicas, ortopédicas e neurológicas.
8. Legislação profissional.

9. Avaliação e diagnóstico neurofuncional adulto e pediátrico.
10. Recursos da Fisioterapia Neurofuncional.

### **Sugestões Bibliográficas**

- ASSIS, R.D. **Condutas Práticas em Fisioterapia Neurológica**. 1ª Ed., Manole, 2012.
- BACH JR. **Guia de exame e tratamento das doenças neuromusculares**. São Paulo: Livraria Santos, 1. ed. 2004.
- BRANT, Tereza Cristina Silva. Brito, Raquel Rodrigues e Parreira, Verônica Franco. **Recursos Manuais e Instrumentais em Fisioterapia Respiratória**. São Paulo: Manole, 2009.
- CARDEAL, J.O; FONTES, S,V; FUKUJIMA, M, M. **Fisioterapia Neurofuncional**. São Paulo, 1ª Ed, Atheneu, 2006.
- CARLSON, C, UMPHRED, D..**Reabilitação neurológica prática**.1.ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2007. 262p.
- CARR, J. H., SPHEPHERD, R. B..**Reabilitação neurológica: otimizando o desempenho motor**.1.ed. Barueri : Manole, 2008. 369p.
- CARR, Janet; SHEPHERD, Roberta – **Reabilitação Neurológica** – Manole.
- COHEN, H. **Neurociência para fisioterapeutas: incluindo correlações clínicas**. 2ª Ed. São Paulo, Manole. 2001.
- DAVID, Cid Marcos. **Ventilação Mecânica: da fisiologia à prática clínica**. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.
- KNOBEL, Elias. **Terapia Intensiva: Pneumologia e Fisioterapia Respiratória**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.
- MACHADO, Maria da Glória Rodrigues. **Bases da Fisioterapia Respiratória: Terapia Intensiva e Reabilitação**. Guanabara Koogan, 2008.
- REGENGA, M.M. **Fisioterapia em cardiologia: da Unidade de Terapia Intensiva à reabilitação**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2012.
- SARMENTO, George Jerre Vieira - **Fisioterapia Respiratória em Pediatria e Neonatologia** – 1ed. São Paulo: Manole, 2007.
- \_\_\_\_\_, G.J.V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico**. 2 ed. São Paulo: Manole, 2007.
- SCALAN, Craig L; WILKINS, Robert L; STOLLER, James K. **Fundamentos da Terapia Respiratória de Egan**, 7a edição. São Paulo: Manole, 2003.
- WEST, John B. **Fisiopatologia Pulmonar Moderna**. São Paulo: Manole, 2002.
- \_\_\_\_\_, John B. **Fisiologia Respiratória Moderna**. 6 ed. São Paulo: Manole, 2002.
- DOURADO, Victor Zuniga. **Exercício Físico Aplicado à Reabilitação Pulmonar: Princípios Fisiológicos para Prescrição e Avaliação dos Resultados**. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.
- PRADO, Cristiane do; VALE, Luciana Assis. **Fisioterapia neonatal e pediátrica**. São Paulo: Manole, 2012.
- NÁPOLIS, Lara Máris, Luciana Dias Chiavegato, Oliver Nascimento. **Série atualização e Reciclagem em Pneumologia: Fisioterapia respiratória**. Volume 3, São Paulo: Atheneu, 2011.
- HAZINSKI, Mary Fran, RN, MSN. **Guidelines CPR e ECC: Destaques das Diretrizes da American Heart Association para RCP e ACE, 2010**.
- COFFITO. **Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional**. Legislação e

Resoluções.

Associação de Medicina Intensiva Brasileira; Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. **Diretrizes brasileiras de ventilação mecânica**. São Paulo, 2013.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – FONOAUDIÓLOGO**

1. Motricidade Orofacial: avaliação dos órgãos fonoarticulatórios e das funções neurovegetativas e neuroanatomofisiologia dos órgãos fonoarticulatórios.
2. Deglutição: anatomofisiologia, avaliação e as alterações da deglutição, diagnóstico diferencial e conduta terapêutica nos distúrbios deglutitórios.
3. Audiologia: avaliação audiológica infantil e do adulto, triagem auditiva neonatal, neuroanatomofisiologia dos órgãos da audição.
4. Voz: distúrbios da voz e seus aspectos clínicos, prevenção, avaliação, diagnóstico diferencial e conduta fonoaudiológica nos distúrbios vocais, neuroanatomofisiologia dos órgãos fonoarticulatórios.
5. Linguagem: desenvolvimento normal e patologias, condutas fonoaudiológicas nos distúrbios da comunicação.

### **Sugestões Bibliográficas**

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA. Lei Nº 6.965 de 09 de dezembro de 1981, Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Fonoaudiólogo, e determina outras providências. Disponível em: <http://www.fonoaudiologia.org.br/cffa/wp-content/uploads/2013/07/lei-No-6.965-de-9-de-dez-1981.pdf>.

ANDRADE, Claudia R. Furquim & MARCONDES, Eduardo. Fonoaudiologia em pediatria. São Paulo: SARVIER, 2003.

BARROS, Ana Paula, B. DEDIVITIS, Rogério, A. & SANT'ANA, Raquel, B. *Deglutição, Voz e Fala nas alterações Neurológicas*. Rio de Janeiro: Di Livros Editora, 2013.

BRANCO, Anete & REHDER, Inês M. *Disfonia e Disfagia: Interface, atualização e prática clínica*. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

COSTA, Milton. *Deglutição e Disfagia: bases morfofuncionais e videofluoroscópicas*. Rio de Janeiro: LABMOTDIG, 2013.

FERNANDES, Fernanda D.M. et al (Org.). *Tratado de Fonoaudiologia*, Segunda Edição. São Paulo, SP. Editora Roca, 2010.

FURKIM, Ana Maria & RODRIGUES, Katia Alonso. *Disfagias nas unidades de terapia intensiva*. São Paulo: Roca, 2014.

MURDOCH, Bruce E. *Disartria: uma abordagem fisiológica para avaliação e tratamento*. São Paulo: Editora Lovise, 2005.

ORTIZ, Karin Zazo. *Distúrbios Neurológicos Adquiridos – Linguagem e Cognição*. Barueri, SP: Manole, 2010.



OTACÍLIO, Lopes Filho; CAMPIOTO, Alcione Ramos ...(et al.) Novo Tratado de Fonoaudiologia 3. Ed. Barueri, SP: Editora Manole, 2013.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – NUTRICIONISTA**

1. Suporte nutricional.
2. Dietoterapia do paciente crítico.
3. Dietoterapia nas doenças hepáticas, gastrintestinais, pancreáticas, renais, pulmonares, cardiovasculares, câncer e no paciente hematológico.
4. Nutrição materno-infantil.
5. Nutrição nas doenças crônicas não transmissíveis.
6. Avaliação Nutricional e atenção dietética em nível ambulatorial e hospitalar.
7. Bioquímica e Fisiologia da nutrição.

### **Sugestões Bibliográficas**

ABESO. Diretrizes Brasileiras de Obesidade 2009/2010. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/pagina/261/diretrizes.shtml>.

ACCIOLYE, LACERDA C, AQUINO, EM. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. 2º Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 672p.

CUPPARI L, AVESANI, CM, KAMIMURA MA. Nutrição na Doença Renal Crônica. São Paulo: Manole, 2013. 480 p.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Consenso Nacional de Nutrição Oncológica. Rio de Janeiro: INCA, 2009.126 p.

INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER.COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO ASSISTENCIAL. HOSPITAL DO CÂNCER I. Serviço de Nutrição e Dietética. Consenso Nacional de Nutrição Oncológica, v. 2, Rio de Janeiro: INCA, 2011.

MAHAN LK, ESCOTT-STUMP S. Alimentos, nutrição & dietoterapia. 11. ed. São Paulo: Roca, 2005.

PINHO N, PACHECO S, BALUZ K, OLIVEIRA A. Manual de Nutrição Oncológica. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2004. 218 p.

RIELLA MC, MARTINS C. Nutrição e o Rim, 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora GEN, 2013. 381p.

SHILS ME, SHIKE M, ROSS AC, CABALLERO B, COUSINS RJ. Nutrição Moderna na Saúde e na Doença. 10ed. São Paulo: Manole, 2009.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL . ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTROLOGIA. Projeto Diretrizes. Terapia Nutricional na Oncologia. Agosto 2011.Disponível em: [http://www.projetodiretrizes.org.br/9\\_volume/terapia\\_nutricional\\_na\\_oncologia.pdf](http://www.projetodiretrizes.org.br/9_volume/terapia_nutricional_na_oncologia.pdf)

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTROLOGIA. Projeto Diretrizes. Terapia Nutricional na Gestação. Julho 2011. Disponível em: [http://www.projetodiretrizes.org.br/9\\_volume/terapia\\_nutricional\\_na\\_gestacao.pdf](http://www.projetodiretrizes.org.br/9_volume/terapia_nutricional_na_gestacao.pdf).

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO PARENTERAL E ENTERAL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTROLOGIA. Projeto Diretrizes. Diabetes Mellitus Gestacional. Junho 2006. Disponível em: [http://www.projetodiretrizes.org.br/5\\_volume/14-Diabet.pdf](http://www.projetodiretrizes.org.br/5_volume/14-Diabet.pdf).

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO / SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. V 95, (supl.1), p.1-51, 2010.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. V Diretriz Brasileira de Dislipidemias e Prevenção da Aterosclerose. ArqBrasCardiol. v.101, n. 4, Suplemento 1, Outubro 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica. Volume 98, n. 1, Suplemento 1, Janeiro 2012.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. I Diretriz sobre o consumo de Gorduras e Saúde Cardiovascular. ArqBrasCardiol. v.100(1Supl.3):1-40. 2013.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretriz da Sociedade Brasileira de Diabetes 2013/2014. Disponível em: <http://www.nutritotal.com.br/diretrizes/files/342--diretrizessbd.pdf>.

WAITZBERG DL. Dieta, Nutrição e Câncer. São Paulo: Atheneu, 2006. 783 p.

WAITZBERG, DL. Nutrição oral, enteral e parenteral na prática clínica. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

**WHO.** Diet, nutrition and the prevention of chronic diseases. Report of the joint WHO/FAO expert consultation. WHO Technical Report Series, No. 916 (TRS 916). Geneva, 2003. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/publications/trs916/en/>

WORLD CANCER RESEARCH FUND / AMERICAN INSTITUTE FOR CANCER RESEARCH. Food, Nutrition, Physical Activity, and the Prevention of Cancer: a Global Perspective. Washington DC: AICR, 2007. 517p.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – PSICÓLOGO**

1. Psicologia do Desenvolvimento.
2. Teorias da Personalidade.
3. Psicopatologia.
4. Psicossomática.
5. Psicologia da Saúde.
6. Psicologia Hospitalar.
7. Neuropsicologia.

### **Sugestões Bibliográficas**

ANGERAMI, V. A. E a Psicologia entrou no Hospital. São Paulo: Pioneira.

Org.1994.

\_\_\_\_\_, V.A. Urgências Psicológica no Hospital. São Paulo: Pioneira. Org.1998.

BARLOBW, David H.; DURAND; V. Mark. Psicopatologia: uma abordagem integrada. 4 ed. São Paulo: CENGAGE Learning, 2008.

BAPTISTA, Makilin N.; DIAS, Rosana R. Psicologia Hospitalar – Teoria, aplicações e casos clínicos. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1ª edição 2009.

BASTOS, C. L. Manual do Exame Psíquico – uma introdução prática à psicopatologia. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Revinter. 2011.

BEE, H. O Ciclo Vital. Porto Alegre: Artmed, 1997.

CHENIAUX, E. Manual de Psicopatologia. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2011.

DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. Porto Alegre: ArtMed, 2008. São Paulo: Artmed. 2011.

FUENTES, D.; MALLOY-DINIZ, L.F.; CAMARGO, C.H.P. & COSENZA, R.M. Neuropsicologia: Teoria e prática. São Paulo: Artmed, 2008.

GAZZANIGA, M. S.; MANGUN, G.R.; IVRY, R.B. Neurociência Cognitiva: A Biologia da Mente. Artmed, 2006.

HALL, C. S, Lindzey, G. & Campbell, J. B. Teorias da Personalidade. Porto Alegre: Artmed. 2000.

HABIGZANG, L. F. & KOLLER, S. H. (orgs.) Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual – Manual de Capacitação Profissional. 1ª edição, São Paulo: Casapsi Livraria e Editora, 2011.

HISADA, S. Conversando sobre Psicossomática. 2.edição. Rio de Janeiro: Revinter, 2011.

HUMANIZAÇÃO EM CUIDADOS INTENSIVOS – AMIB. Rio de Janeiro: Revinter. 2004.

KANDEL, E. R.; SCHWARTZ, J. H. & JESSELL, T. M. Fundamentos da Neurociência e do Comportamento. Rio de Janeiro: Ed. Prentice- Hall do Brasil, 1997.

LURIA, A.R. Fundamentos de neuropsicologia. São Paulo: Edusp, 1981.

OLIVEIRA, I. T. Psicoterapia Breve Infantil – Planejamento do processo. 2 edição, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2013.

PAPALIA, D. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SPINELLI, M. R. Introdução à Psicossomática. São Paulo: Atheneu, 2010.

STRAUB, R.O. Psicologia da Saúde. Porto Alegre: Artmed. 2005.

### III – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA EM CIRURGIA BUCOMAXILOFACIAL

#### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Anatomia crânio facial.
2. Exames e diagnóstico em cirurgia buco-maxilo-facial.
3. Anestesia da região craniofacial
4. Preparação pré-operatória do paciente cirúrgico.
5. Cuidados pós-operatórios para os pacientes cirúrgicos.
6. Tratamento dos dentes não irrompidos.
7. Tratamento das infecções de origem dentária.
8. Tratamento cirúrgico das periapicopatias.
9. Transplantes, reimplantes e implantes osseointegrados em odontologia.
10. Cistos e tumores dos maxilares e dos tecidos moles da face.
11. Tratamento das afecções do seio maxilar.
12. Cirurgia reconstrutiva pré-protética.
13. Avaliação inicial do paciente politraumatizado.
14. Traumatologia buco-maxilo-facial.
15. Tratamento orto cirúrgico das deformidades dento.
16. Tratamento das alterações das articulações temporomandibular.
17. Farmacologia: antibióticos, analgésicos, anti-inflamatórios, ansiolíticos, interações medicamentosas, medicamentos de ação central.

#### Sugestões Bibliográficas

Arnett GW & McLaughlin. Planejamento Facial e Dentário para Ortodontistas e Cirurgiões Bucomaxilofaciais. Artes Médicas. 2004.

ATLS – Suporte avançado de vida no trauma - American College of Surgeons – 9ª. Ed. 2014.

Bagheri, C. Shahrokh; Bryan Bell, R. ; Khan Ali, Husain. Terapias Atuais em Cirurgia Bucomaxilofacial. Elsevier, 2013.

Ellis E III. Acessos cirúrgicos ao esqueleto facial. Santos. 2ª ed. 2006

Ehrenfeld M, Manson PN, Prein J. Principles of Internal Fixation of the Craniomaxillofacial Skeleton Trauma and Orthognathic Surgery, 1st Edition, September 2012

Fonseca RJ *et al.* Oral and Maxillofacial Trauma. 4 ed. Elsevier. 2013

Fuchs FD & Wannmacher L. Farmacologia clínica – Fundamentos da terapêutica racional. Guanabara. 4ª ed. 2010.

Gil JN & Claus JDP. Estética facial: A cirurgia ortognática passo a passo para ortodontistas e cirurgiões. Santos. 2009.

Hupp JR *et al.* Cirurgia Oral e Maxilofacial contemporânea. Elsevier. 5ª ed. 2009.

Malamed. SF. Manual de anestesia local. Elsevier. 6ª ed. 2013

Miloro M *et al.* Princípios de cirurgia Bucomaxilofacial de Peterson. Santos. 2ª ed. Vol. 1 e 2. 2008

Neville B et al. Patologia Oral &Maxilofacial. 3ª ed. Elsevier. 2009.

Regezi, JA; Sciubba, JJ; Jordan, RC. Patologia Oral - correlações clínico patológicas. 5ª edição, Elsevier, 2008.